

**EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.979 - PR  
(2019/0181092-3)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**EMBARGANTE : MARIA HELENA ARNS STOBBE**  
**ADVOGADOS : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA - PR019095**  
**JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA - PR023510**  
**EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Maria Helena Arns Stobbe** contra decisão que não conheceu do agravo em recurso especial, sob o fundamento de que a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial, fazendo incidir o disposto na Súmula 182/STJ.

Alega a parte embargante que restou omissa o julgado, *"na medida em que não foi levado em consideração o fato de que foram devida e efetivamente abordadas nas razões do agravo interposto as questões de mérito constantes da decisão agravada e que foram decididas de maneira desfavorável à servidora."* (fl. 1.033)

Aduz não ser caso de aplicação da Súmula 182/STJ, pois *"a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC era pedido subsidiário no Recurso Especial, sendo que as demais violações sustentadas diziam respeito efetivamente ao mérito."* (fl. 1.034)

As razões do recurso não foram impugnadas.

#### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão atacada ou para correção de erro material.

Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois a decisão embargada enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

Com efeito, ficou devidamente consignado na decisão embargada que "o

# *Superior Tribunal de Justiça*

*inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial. No caso, a parte agravante deixou de rebater, de modo específico, a inexistência de violação ao art. 1.022 do CPC/2015. Incide, desse modo, por analogia, a Súmula 182/STJ ('É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida.')."* (fl. 1.030)

Ora, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que, a pretexto de alegadas omissões do *decisum* embargado, traduzem, na verdade, seu inconformismo com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido. Nesse panorama, inexistente qualquer omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

A propósito, destacam-se os seguintes julgados:

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. PRETENSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.**

*1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que a questão levantada não configura hipótese de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC.*

*2. A remessa dos autos para julgamento do recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal é decorrência lógica da regra insculpada no art. 543, §1º do CPC.*

*3. Inexistir qualquer fundamento relevante que justifique a oposição dos presentes embargos ou que venha infirmar as razões contidas na decisão embargada.*

*4. Embargos de declaração rejeitados.*

**(EDcl no AgRg no REsp 1471797/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014)**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR QUESTÕES DEVIDAMENTE EXAMINADAS E DECIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.**

*1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, os embargos de declaração*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado.*

*2. A obtenção de efeitos infringentes, como pretende a Embargante, somente é possível, excepcionalmente, nos casos em que, reconhecida a existência de um dos defeitos elencados nos incisos do mencionado art. 535, a alteração do julgado seja consequência inarredável da correção do referido vício; bem como nas hipóteses de erro material ou equívoco manifesto, que, por si sós, sejam suficientes para a inversão do julgado. Precedentes.*

*3. A pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é incabível na via dos aclaratórios.*

*4. Embargos de declaração rejeitados.*

**(EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg no REsp 993.078/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/9/2014, DJe 10/10/2014)**

**ANTE O EXPOSTO, rejeito os embargos declaratórios.**

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator